

O desenvolvimento do Sul do Brasil: notas para análise da dinâmica econômica e territorial no Rio Grande do Sul*

César Augusto Ávila Martins**

Resumo

O estado do Rio Grande do Sul é a unidade federada mais meridional do Brasil e possui uma representação na formação social brasileira que inclui a condição subtropical e por apresentar sinais que aproximam dos países platinos ou de algumas características europeias com ênfase na hegemonia do passado rural cujo centro era a grande propriedade pastoril. As teses estão baseadas em um determinismo (a localização em relação às faixas climáticas do Planeta) e no falseamento da História (na Revolução Farroupilha os líderes insurgentes se declararam brasileiros e negaram o recebimento do auxílio dos platinos para a luta contra o Império; Portugal é um país europeu como a Alemanha e a Itália e com a expulsão no século XIX de uma parte das suas populações

* O texto é resultado da participação da mesa redonda “O desenvolvimento do Sul do Brasil” em dezembro de 2015 no II Seminário Nacional de Geografia Econômica e Social (II SENGES) e XXXVI Semana de Geografia da UFSC (SEMAGEO). Da mesa redonda realizada na Universidade Federal de Santa Catarina em 10 de dezembro de 2015, participaram: Carlos José Espíndola (UFSC) como coordenador; Tânia Fresca (UEL) como expositora; Fernando Sampaio (UNICENTRO) e Zeno Crocetti (UNILA) como comentadores. O autor agradece aos componentes da mesa e aos assistentes os comentários da exposição. O texto é de total responsabilidade do autor.

* * Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Bolsista de Produtividade do CNPq ().

colaboraram para a formação de algumas das áreas de pequena produção mercantil). Ambas, ignoram a condição de uma economia estadual integrada a nação, com forte presença industrial, assentada na urbanização com dinâmico setor terciário e submetida a lógica da hegemonia financeira. O texto analisa algumas das transformações recentes na economia e no território rio-grandense em suas combinações contraditórias com as dinâmicas nacionais considerando o desempenho no conjunto das unidades federadas, das empresas e os resultados na geração de empregos formais.

Palavras-chaves: Formação Social; Território; Economia; Rio Grande do Sul; Brasil.

Development in the south of Brazil: remarks for the analysis of the economic and territorial dynamics found in Rio Grande do Sul state

Abstract

Rio Grande do Sul state, which is the southernmost federative unit in Brazil, has a representation in the Brazilian social formation that includes its subtropical condition and signs that approximate it to countries that comprise the so-called *Platina* America or to some European characteristics with emphasis on the hegemony of its rural past whose core was the large pastoral property. These are based on certain determinism (the location in relation to Earth's climate zones) and on the distortion of History (in the *Farroupilha* Revolution, insurgent leaders declared themselves Brazilian and denied having got help from the *platinos* to fight against the Empire; Portugal is an European country like Germany and Italy and, with the expulsion of part of their populations in the 19th century, they collaborated to develop some areas with small mercantile production). Both ignore the condition of a state economy integrated with the nation, with strong industrial participation, based on urbanization with a dynamic tertiary sector and submitted to the logics of financial hegemony. This text analyzes some recent transformations that have taken place in the

economy and in the state territory in their contradictory combinations with national dynamics by taking into account its performance in the whole group of federative units and of companies, as well as results of formal job creation.

Key words: Social Formation; Territory; Economy; Rio Grande do Sul state; Brazil.

Introdução

Na formação social brasileira a produção da porção meridional aparece destacada por um conjunto de determinações distintas que estão refletidas na literatura e no reconhecimento do senso comum: “estive no sul”. A expressão envolve as atuais unidades federadas ao sul do estado de São Paulo: Paraná, Santa Catarina e, sobretudo, o Rio Grande do Sul (RS). Na mais meridional das unidades federadas brasileiras as afirmações envolvem comentários sobre o churrasco, o chimarrão, o sotaque e entre uma parte dos aficionados por esporte, a rivalidade entre os dois dos clubes de futebol profissional de Porto Alegre (o tricolor, Grêmio Foot-ball Porto alegreense fundado em 1903 e o colorado, Sport Club Internacional criado em 1909) que jogariam como os uruguaios e os argentinos e não como brasileiros. O conjunto da representação é fechado com referências e lembranças de pedaços de áreas da chamada “Serra Gaúcha” em especial nos municípios de Gramado e Canela que foram formatados para a atividade turística em escala com a artificialização do ambiente para criar aspectos semelhantes aos encontrados em algumas partes da Europa.

A tardia incorporação do atual Rio Grande do Sul, ao sistema colonial esta ligada a inexistência de madeiras e outros materiais vegetais nas proximidades do costa e tampouco de grandes jazidas minerais, bem como de um litoral retilíneo e baixo que impuseram dificuldades de navegação e a construção de portos para as condições técnicas entre os séculos XVI e XIX. O processo

esta registrado no pensamento social brasileiro, como em Capistrano de Abreu que em 1907 escreveu: “no Sul, o movimento de ocupação se operou com muita lentidão por parte de Portugal, acompanhando o litoral do Paraná e Santa Catarina” (ABREU, 2000, p. 207).

A tardia incorporação ao sistema colonial e a mobilidade da fronteira entre o domínio meridional português e as terras espanholas, contribuíram para determinar a construção e a afirmação da chamada identidade gaúcha vinculada a atividade pastoril em propriedades de grandes extensões, chamadas de estâncias nas “pradarias mistas, com florestas-galerias subtropicais (que) recobriam grandes espaços da Campanha Gaúcha” (AB’SABER, 2003, p. 108). As estâncias combinavam funções econômicas, políticas e geopolíticas ao redor da figura do estancieiro, de origem portuguesa ou luso-brasileira, que também exercia poder político e frequentemente possuía uma posição militar em conflitos externos ou internos. A base da propriedade era distribuição de sesmarias e relações escravagistas nos limites das atuais fronteiras com o Uruguai e a Argentina. Numa parte da historiografia, a gênese do atual RS é chamada de expansão sulina: “Funcionou o Rio Grande, por longo tempo, como zona de transição- transição geográfica, transição política, transição nacional mesmo, - pela posição física, pela situação fronteiriça, e de fronteira viva e disputada” (SODRÉ, 1971, p.144).

Porém, no atual Rio Grande do Sul, há também áreas em que foi hegemônica a distribuição de pequenos lotes para imigrantes não lusitanos a partir do primeiro quartel do século XIX. Distribuídos com a concessão Imperial em áreas distantes dos melhores campos para o pastoreio, com base no trabalho familiar que praticamente inviabilizaram o uso do trabalho escravo, foram impelidos para a produção de vários meios de vida que estão na base de pequenas produções mercantis combinando o artesanato, pequenas manufaturas e atividades comerciais. Essa lógica acabou incorporando áreas de transição entre as pradarias do Sul e o atual

Sudeste brasileiro com a extração de madeiras e produtos florestais como a erva-mate (*Ilex paraguarienses*) que impulsionariam poderosas atividades industriais, a produção de alguns alimentos e garantindo segurança nas rotas em relação aos conflitos com indígenas e ao banditismo. Um dos custos para os novos imigrantes foi a precariedade da vida e a alta mortalidade em várias assentamentos, denominados de colônias, que levaram a denúncia de viajantes na Europa, induzindo a ações em alguns Estados europeus no sentido de desestimular novas migrações para o Sul do Brasil e em especial para o RS. As duas áreas em suas diferenças contribuíram para fixar contraditoriamente relações com a formação social brasileira e construir uma representação de diferenciação no país.

O texto é baseado na formulação do último item do capítulo intitulado “Estado e espaço: o Estado-nação como unidade geográfica de estudo”, de “Por uma Geografia Nova” em que Milton Santos escreve um pequeno item chamado “Espaço e território”. No item que antecede o capítulo “As noções de totalidade, de formação social e de renovação da Geografia, o autor considera que os três elementos de um Estado-nação são o território, o povo e a soberania, e nesta, o “uso do poder que, de resto, determina os tipos de relações entre as classes sociais e as formas de ocupação do território” (SANTOS, 1978, p. 189).

No texto, o conceito território é a formação espacial brasileira territorializada. Evitar-se-á, apesar de muito presente, os debates como aqueles entre espaço e território, desses com região, lugar ou outros verbetes que ao longo da história do pensamento geográfico foram e ainda são considerados categorias ou conceitos. A operacionalização é inspirada no texto de Milton Santos (1982), o qual afirma que o modo de produção (capitalista) é o “gênero”, a possibilidade e a formação social é a “espécie”, a possibilidade realizada. O Rio Grande do Sul é entendido como parte de uma totalidade. A totalidade é composta pelas lógicas combinadas e contraditórias do sistema mundial hierarquizado e hegemônico

pelo modo produção capitalista que se realiza e é realizado nas formações sociais. Assim, a parte, contém as características da totalidade (o modo de produção e a formação social brasileira em específico) e um conjunto de especificidades que permitem entender o processo de diferenciação que será e é considerado como o processo de regionalização e a formação de regiões.

O texto organizado a partir da exposição oral possui duas partes e uma conclusão. Na primeira parte são apresentados alguns elementos da gênese da formação econômica e territorial do RS na formação social brasileira escrutinando pontos da representação hegemônica do estado no conjunto da nação. Na segunda parte são expostos alguns dos componentes da dinâmica estadual no último quartel com base nas variáveis da posição em relação a concerto regional brasileiro em especial a situação das maiores empresas e da produção de empregos formais com alicerce no debate sobre a crise administrativa exaltada pelo bloco eleito para governar o estado entre 2015-2018 considerada como um dos sinais da capitulação do Estado brasileiro ao sistema financeiro e dos arranjos das reestruturações impostas na década de 1990.

Da gênese da representação para as transformações da dinâmica estadual no contexto nacional

Com a fundação de Laguna no atual estado de Santa Catarina em 1676, a coroa portuguesa deu sinais da confirmação de seu projeto colonial para o Sul da América do Sul e delimitou contendas com espanhóis afirmados desde 1536 ao redor da “primeira Buenos Aires” (GARCIA, 2010). Entre contendas e a construção de uma base produtiva ascendeu a figura do gaúcho. A hegemonia da figura do gaúcho ligada ao pastoreio extensivo ganhou terreno fértil nas guerras pelo menos desde o século XVIII com o ataque espanhol a Colônia do Sacramento criada pelos portugueses em 1680 e a construção de fortificações na desembocadura da Laguna Patos cujo símbolo é Forte Jesus Maria

José no atual município do Rio Grande em 1737. Os ajustes foram seguidos dos movimentos de formalização das fronteiras com os tratados de Madrid (1750), El Pardo (1761) e Santo Ildenfonso (1777) e a destruição dos “Sete Povos das Missões” (1687) na aliança entre espanhóis e portugueses na guerra guaraníca (1754-1756). Com uma base produtiva assentada na grande propriedade pastoril permeada nas disputas geopolíticas entre luso-brasileiros e espanhóis e posteriormente uruguaios, argentinos e paraguaios, foi forjada uma hegemonia cultural na figura do gaúcho com sua origem na mistura étnica de europeus com os indígenas, transita de errante e quase paria social como prestador de serviços eventuais nas lidas campeiras e em disputas de diversas origens, para portador das melhores virtudes. Assim o Rio Grande do Sul “longe de ser o pampa interminável” (LOVE, 1975, p.5) também foi palco da transformação da figura do gaúcho que adquiriu “um novo significado positivo, sendo transformado em símbolo de identidade regional” (OLIVEN, p. 2006, p. 67).

O relevo da figura do gaúcho do Sul do futuro Brasil se conforma nas guerras cisplatinas do começo do século XIX e nos levantes protagonizados por estancieiros e charqueadores que provocaram inicialmente a Guerra Farroupilha (1835-1845) que se arrastam na Revolução Federalista (1893-1895) e na Revolução de 1923 que soldaram projetos de modernização conservadora ao redor das figuras de Júlio de Castilhos (1860-1903) e Borges de Medeiros (1863-1961) do Partido Republicano Riograndense (PRR) durante a República Velha. Entre os herdeiros dessa tradição está a formação da invenção da tradição calcada na figura do gaúcho e do movimento tradicionalista cujos símbolos são os Centros de Tradições Gaúchas (CTG) e o Hino Rio-Grandense com estrofes como “sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra”. A formação permitiu a estruturação e a consolidação não somente da fronteira política, mas também econômica com a consolidação da base pastoril (com curtos períodos de tricultura) que alavancariam a economia regional com

as charqueadas e posteriormente com a instalação de grandes frigoríficos em Pelotas, Bagé, San'Ana do Livramento, Rosário do Sul e no município portuário do Rio Grande.

O PRR mantendo base entre os latifundiários pastoris alargou sua base política para setores que ascendiam: comerciantes e industriais com origem no comércio e nas áreas de pequena produção mercantil. Com forte ideologia positivista, manteve relações frutuosas com setores militares, posto que uma das marcas estaduais é forte presença de nascidos no Rio Grande do Sul nas forças armadas brasileiras advindos das escaramuças seculares. O peso ideológico do PRR e de Júlio de Castilhos no país levou ao historiador Décio Freitas considerá-lo como o homem que inventou a ditadura no Brasil, sendo detentor do “laurel da primeira ditadura perfeita que germinou na América Latina” (FREITAS, 1999, p. 202)¹.

A hegemonia da representação tendeu ignorar ou transformar em acessório no sentido de curiosidade folclórica, distorcida ou anedótica: (1) a existência das populações indígenas e do papel das Missões para a formação das vacarias do mar e da serra; (2) a presença de negros como escravos urbanos, na produção da riqueza das estâncias e das charqueadas e após a abolição, do seu trabalho nas cidades e em áreas quilombolas. Na base econômica e territorial da representação esta a ignorância em relação a História que envolveu uma profunda miscigenação e que a historiografia produzida as últimas décadas vem desconstruindo como, por exemplo, o chamado gauchismo (GOLIN, 1983) e

¹ A ligação entre Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e do PRR com o ideário consagrado como de modernização conservadora que se alastrará durante o século XX no território e na sociedade brasileira encontra sinais na presença de ambos como nomes de ruas e praças em todo o país. Um dos exemplos esclarecedores é que a sede do Clube de Regatas Flamengo, com seu tradicional time de futebol considerado o de maior torcida no Brasil, é na rua Borges de Medeiros no município do Rio de Janeiro.

algumas das epopeias da revolução farroupilha (SILVA, 2010) que mascaram a produção da pobreza e da desigualdade no RS (TORRONTEGUY, 1994).

No conjunto, as confirmações e negações da identidade regional tem origem na base econômica e política presente em análises sobre a economia brasileira com a perspectiva de singularidades que permitem afirmar o caráter regional do Sul do Brasil. Tome-se por exemplo, apenas Antonio de Barros Castro (1971) e Wilson Cano (1985).

Antônio de Barros Castro, ao analisar a economia brasileira em seus desdobramentos regionais (1971, v. 2): o “sul do continente latino-americano custou a ganhar significado econômico, já que suas possibilidades produtivas não ofereciam maiores atrativos ao comércio internacional, pelo menos até o século XVIII” (p. 52). Sobre o Rio Grande do Sul, observa que não é incomum em sua história, “invenções” de novos produtos e/ou introdução de novas técnicas com as dificuldades na manutenção dos mercados em função das distâncias em relação aos produtores concorrentes. Citando Delgado de Carvalho: “os estabelecimentos industriais estão consideravelmente espalhados pelos estados e não há cidade que não tenha sua indústria ou indústrias” (CASTRO, 1971, p. 122). Ora está formulação estava presente em Pierre Denis (19??) em relação também ao Paraná (p. 269-330). Observe-se que esta pulsão de inovações internas mesmo no período colonial será uma das fecundas interpretações da capacidade produtiva instalada no Brasil, que servirá para derrubar as teses estritamente dependendistas. Infelizmente, os estudos que rompem com estas teses, presentes nos trabalhos de Ignácio Rangel e de Armem Mamigoniam tem escassas repercussões na produção geográfica no Brasil.

Wilson Cano tratará da questão regional e indica a especificidade sulina, registrando o significado da presença de uma base fundiária menos concentrada e de uma estrutura industrial diversa: “Tomados os três estados em conjunto, o traço comum que

pode caracterizar seria tanto a estrutura fundiária – representando a economia camponesa (salvo a pecuária) tipificada pela pequena e média propriedade, quanto industrial que à “imagem e semelhança” da agricultura, também estruturou-se na base do pequeno e médio estabelecimento, em muitos casos instalados na zona rural” (CANO, 1985, p. 57).

Portanto, a abordagem aqui proposta, coloca-se em oposição a leituras que entendem que há homogeneização do território pelas relações capitalistas de produção, subsumindo a possibilidade analítica pela diferenciação regional.

Porém, é a partir do primeiro quartel do século do XIX (três séculos depois da consolidação da colonização portuguesa em território brasileiro) que há uma nova inflexão: o estabelecimento de áreas coloniais organizadas pelo Estado e por particulares, especialmente nas áreas de floresta, que além de estar baseada em propriedades que raro ultrapassavam os 25 hectares, tinham como sustentação o trabalho de famílias de homens e mulheres livres. Nestas áreas combinaram-se três características básicas: 1. sem as possibilidades imediatas da produção das mercadorias de alto valor comercial, houve pequena utilização do trabalho escravo; 2. distantes dos portos e com baixa monetarização, utilizaram seus saberes, para na fusão com alguns conhecimentos indígenas e de caboclos e com o uso de alguns recursos naturais das áreas em que estavam instalados passassem a produzir desde pequenos artefatos para o trabalho, móveis até rodas de moinhos, passando por selas, calçados e alimentos que poderiam ser conservados como defumados e conservas; 3. os excedentes gerados formam a gênese de agricultores que se tornaram comerciantes que instalados em pontos estratégicos que ligavam as chamadas linhas com as escassas estradas e alguns porto. Esses estão na base da diferenciação em relação aqueles que viviam apenas do trabalho agrícola.

No Rio Grande do Sul, após as primeiras iniciativas coloniais no primeiro quartel do século XIX no Vale do rio dos

Sinos, nucleadas por São Leopoldo e na encosta de serra, nas últimas décadas do mesmo século, com destaque para o atual município de Caxias do Sul, a diáspora de imigrantes atingiu a fronteira com Santa Catarina no começo do século XX. As iniciativas somaram-se a outras situadas, no sul do estado, com a presença de comerciantes de exportação e importação e mesmo de imigrantes com alguns conhecimentos técnicos que associados com representantes da oligarquia pastoril estão na gênese da industrialização estadual e do país como a Fábrica Luminosa de velas, sabões e colas (1841) de Luiz Eggers que se tornou a partir de 1864, a F.C. Lang do imigrante de mesmo nome em Pelotas (BUENO e TAITELBAUN, 2009) e a Rheingantz & Vater de 1873 em Rio Grande transformada na Companhia União Fabril em 1895.

No começo do século XX, nas áreas florestadas na fronteira norte do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, as “novas colônias” a que se refere o geógrafo francês Jean Roche (1914-2006) possuíam uma característica fundamental que é apontada na década de 1940 por Leo Waibel (1888-1951). O geógrafo de origem alemã que colaborou na organização do Conselho Nacional de Geografia entre 1946 e 1950 escreveu: “Nestas colônias novas, o princípio da formação de colônias etnicamente homogêneas foi abandonado; a terra foi dada a poloneses, russos, italianos, alemães etc” (1979, p. 235)². Nilo Bernardes (1922-1991) é mais um geógrafo que confirma que “o Alto Uruguai é a região de ocupação mais recente, onde ainda são nítidas, em alguns trechos, as características de zona pioneira. Os maiores aumentos de população por município, verificados no estado, registram-se nesta zona” (BERNARDES, 1997, p. 98).

Em poucas décadas, com o auxílio da extensão da rede ferroviária, o Planalto (a linha de Passo Fundo chega o sul de

² O texto original foi apresentado em reuniões do Conselho Nacional de Geografia ocorridas em dezembro de 1948 no Rio de Janeiro. A publicação original foi na Revista Brasileira de Geografia, nº 2, ano XI, abril/junho de 1949.

Erechim em 1910) não é “mais um simples anexo, parente pobre da Campanha” (ROCHE, 1958, p. 63).

Mas o significativo foi a formação de uma nova base produtiva e social que em determinadas conjunturas fizeram oposição ao bloco latifundiário pecuarista e dos comerciantes de importação e exportação das cidades portuárias e em outras articularam com esses poderosos blocos políticos que mantiveram o poder sobre as diferentes esferas do Estado. Assim, entre os anos finais do século XIX e a década de 1930, a capacidade produtiva instalada no RS permitia a geração de excedentes que compunham a balança comercial que apresentou a diminuição da participação de produtos da chamada Campanha em relação a ascensão de produtos das áreas de pequena produção mercantil (tabela 1).

Tabela 1: Rio Grande do Sul: participação dos principais produtos no valor total das exportações do Rio Grande do Sul, segundo as somas dos valores em períodos selecionados

Produtos	1878-1888	1919-1929
(1) Charque	30,3	19,1
(2) Couro	30,5	10,1
(3) Lã	1,4	4,2
(4) Carnes Frigorificadas	--	3,8
(I) Subtotal 1+2+3+4	62,2	37,2
(5)Banha	1,8	15,6
(6) Farinha de mandioca	3,2	2,2
(7) Feijão	0,2	3,8
(8) Batata inglesa, erva-mate e cebolas	1,7	3,4
(9) Vinho	0,1	2,5
(10) Fumo	1,9	4,3
(II) Subtotal: soma de 5 até 10	8,8	31,6
(11) Arroz	--	10,1
Total (I+ II + 11)	77,0	78,9

Fonte: SILVA, Ricardo M.M. O desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul (1920-1980). Porto Alegre: PUC-RS, 2006 (dissertação de mestrado em Economia).

Em conjunto com uma pauta exportadora essencialmente de produtos agrários, o RS era importante abastecedor do mercado nacional, posto que nas primeiras três décadas do século XX cerca de 70% de suas exportações eram para outras unidades do país (SILVA, 2006).

A partir da década de 1930 com o princípio da quebra da lógica hegemônica agroexportadora predadora do trabalho e da natureza com racionalidade extensiva e assento em algumas cidades urbanas que polarizavam verdadeiras “bacias urbanas de Norte a Sul” (ANDRADE, 1995), o rearranjo da economia nacional com as políticas nacionais desenvolvimentistas marcadas pelo planejamento centralizado para organizar as infraestruturas e a industrialização com articulações entre o Estado e capitais de diferentes origens, obrigaram a readequação das estruturas produtivas estaduais e criaram discursos sobre a decadência do RS em relação ao país.

Um dos registros que melhor representam essa posição é a do jornalista maranhense José Ribamar Franklin de Oliveira (1916-2000) no livro “Rio Grande do Sul: um novo Nordeste: o desenvolvimento econômico e as disparidades regionais”. O livro de 1961, reúne um conjunto de reportagens e representa o estarrecimento com os sinais de decadência de várias atividades econômicas e da pobreza em alguns rincões do RS. O impacto de sua análise pode ser medido pelo convite de Leonel de Moura Brizola (1922-2004) que durante seu governo no RS entre 1959 e 1963, o convidou para um cargo no governo estadual. O autor com posições contrárias as políticas industrialização Juscelino Kubitschek (1902-1976), nos chamados “50 anos em 5” (1956-1961), teve dificuldade de compreender a consolidação do mercado nacional com o surgimento de novas atividades e áreas de

produção com o desaparecimento e/ou perda da participação de empresas e de regiões no conserto brasileiro. E se a crítica estava relacionada com a ascensão de São Paulo e do Sudeste e encontrou guarida para explicar os vários momentos de crises nos últimos cinquenta anos, a leitura do processo à luz da dinâmica da formação social brasileira indica que ocorreram desconcentrações do PIB nacional com o crescimento das participações das regiões Norte, Sul e Centro-Oeste na renda nacional (Tabela 2).

Tabela 2:- Brasil: distribuição regional da renda interna

Regiões	1949	1959	1970
Norte	1,7	2,0	2,1
Nordeste	13,9	14,5	11,7
Sudeste	67,5	65,0	65,5
Sul	15,2	16,2	17,1
Centro-Oeste	1,7	2,3	3,6
Totais	100	100	100

Fonte: GOLDENSTEIN, L. e SEABRA, M.F.G. Divisão do trabalho e nova regionalização. Revista do Departamento de Geografia, n. 1. USP, 1982, p. 32.

Numa síntese, pode-se afirmar que o conjunto de discursos que insistiram e insistem na afirmação da perpetuação da crise, no quarto de século entre meados de década de 1950 e a metade da década de 1970 com as marcas dos dissabores da ditadura civil-militar (1964-1985), minimizam a implantação de projetos de modernização que atingiram infraestruturas como estradas da produção, os corredores de exportação, as estruturas portuárias e industriais no Distrito Industrial do município do Rio Grande (DIRG) e educacionais (na década de 1980 o RS, contava com quatro Universidades Federais: Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Rio Grande)³. Somados aos nichos industriais nas áreas de pequena produção mercantil (uva, vinhos, cervejas, fumo, conservas de carnes e indústria metal-mecânica), ocorreu a expansão e a consolidação de lavouras modernizadas: o arroz e o trigo para o mercado nacional e a soja para compor a balança

³ Em 2014, o RS apresentava outras duas Universidades Federais multicampus: do Pampa com reitoria em Bagé; da Fronteira Sul com reitoria em Chapecó (SC). Na rede de Universidades públicas, há também a Faculdade de Ciências Médicas de Porto Alegre e a Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS).

comercial e fornecer base para vários alimentos como óleos comestíveis, misturas e margarina.

A melhoria das bases da industrialização ocorreu com o auxílio da expansão da produção energética com unidades como as Usinas Termoelétricas de São Jerônimo no centro do RS (1953) e de Candiota no Sul a partir de 1961, do oleoduto Tramandaí-Canoas (1962) e a construção da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), em Canoas na RMPA (1968).

Ainda no bojo do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em conjunto com o DIRG foi estimulada a expansão da produção de fertilizantes como fundamento para a modernização da agricultura e a estrutura industrial continuou sua expansão com a inauguração em 1982 do Polo Petroquímico de Triunfo. Após um acirrado debate para a decisão da localização do Polo que incluía a possibilidade de sua instalação nas proximidades do porto do Rio Grande, sua instalação foi decidida para Triunfo, a cerca de 62 km de Porto Alegre e nas proximidades da REFAP. Atualmente no Polo de Triunfo operam seis empresas (Arlanxeo, Braskem, Odebrecht Ambiental, Oxiten, Videolar - Innova e White Martins) que empregam cerca de 6.300 trabalhadores (aproximadamente 67% do vínculos formais do município em 2014). A ascensão de Triunfo no cenário estadual da renda estadual a partir da implantação do Polo esta indicada na quadro 1.

Quadro 1: Participação de Porto Alegre e Triunfo na renda do RS em anos escolhidos

Município	1939	1959	1970	1980	1999	2011	2013
Porto Alegre	17,56	22,35	24,79	22,07	21,06	17,26	17,30
Triunfo	0,19	0,11	0,15	0,10	2,19	2,25	1,8

Fonte: MAIA NETO, A. *et al.* Renda interna municipal RS: 1939-1980. Porto Alegre: FEE/RS, 1986. FEE/RS. PIB municipal. Organização: César Martins.

Triunfo com 27 mil habitantes e um dos 10 maiores PIBs entre os municípios gaúchos, apesar da ascensão na renda estadual não contou, com a melhoria da posição no IDMH caindo da posição 179 em 1991 para 186 em 2010⁴.

Para finalizar o item, registra-se que a longa história de participação de políticos rio-grandenses na política nacional, com destaque para Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), João Goulart, o Jango (1918-1976) e Luiz Carlos Prestes (1898-1990). O primeiro, foi presidente em dois períodos distintos (1930-1945 e 1951-1954), o segundo, foi Ministro do Trabalho, duas vezes vice-presidente eleito e quando presidente da República sucedendo o renunciante Jânio Quadro, foi deposto pelos golpistas de 1964. Prestes que então capitão do exército marchou desde Santo Ângelo no Noroeste do RS (1924) por quase dois anos e vinte e cinco mil quilômetros com a “Coluna Prestes” e foi figura de destaque do Partido Comunista Brasileiro. Porém, do RS, além de figuras do campo nacionalista e democrático, também foram três dos cinco generais que foram presidentes durante a ditadura civil-militar (Artur da Costa e Silva; Emílio G. Médici; Ernesto Geisel) e um

⁴ No Brasil, uma referência que permite romper com os falsos dilemas entre crescimento e desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O Brasil foi um dos países pioneiros ao adaptar e calcular o IDH para todos os municípios brasileiros, criando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 1998. O IDHM ajusta o IDH para a realidade dos municípios e reflete as especificidades e desafios regionais no alcance do desenvolvimento humano no Brasil. Para aferir o nível de desenvolvimento humano dos municípios, as dimensões são as mesmas do IDH Global – saúde, educação e renda –, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. O IDHM varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo) com as seguintes gradações: de 0 até 0,499 é muito baixo; 0,500 até 0,599 é baixo; 0,600 até 0,699 é médio; 0,700 até 0,799 é alto; 0,800 até 1 é muito alto. As consultas para o texto foram realizadas pelo autor em: www.atlasbrasil.org.

dos articuladores dos golpes de Estado e figura ilustre no pensamento geopolítico brasileiro no século XX: o riograndino Golbery do Couto e Silva (1911-1987).

Deste modo é sempre necessário registrar que na retomada das eleições para governadores em 1982, Jair Soares um legítimo representante da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio dos golpistas de 1964, foi eleito governador do RS pelo Partido Democrático Social (PDS). Ou seja, pretensas análises de políticas de privilégios ou desfavorecimentos em relação a União devem considerar a histórica proximidade e participação dos políticos gaúchos no Executivo federal. Na conjunção das forças políticas internas representantes dos grandes partidos e blocos políticos nacionais, os gaúchos jamais reelegeram um governador do estado sinalizando as dificuldades da composição de pautas e consensos mínimos.

Notas sobre a dinâmica recente no RS

No item serão apresentados um conjunto de dados que objetivam apontar caminhos para a análise do RS na formação brasileira. Inicialmente, registram-se dois aspectos. O primeiro é a condição urbana e industrial do RS. Ao longo do século XX, a dinâmica econômica estadual foi componente ativa das transformações no território brasileiro com destaque para dinâmicas que aceleraram transformações com características de elevação das forças produtivas, incrementaram a introdução de novas atividades econômicas e a modernização de outras como a pecuária de corte (FONTOURA, 2004), a afirmação de um complexo parque industrial com bons níveis de inovação (HEIDRICH, 2000; TARTARUGA, 2014). A afirmação do processo de urbanização tem em destaque a Regiões Metropolitanas de Porto Alegre (RMPA) e da Serra Gaúcha e das Aglomerações Urbanas do Sul (AUSUL) e do Litoral Norte (SOARES, 2015; SOARES, 2007). O conjunto das Regiões Metropolitanas e das Aglomerações Urbanas é formado por 67 municípios (3,5% dos 496 municípios gaúchos) e polarizado pela

RMPA (32 municípios; 37,03% da população e 43,77% do Produto Interno Bruto estadual). Na RMPA e nas Aglomerações estão 52,04% dos gaúchos e 59,65% do PIB riograndense.

Um segundo aspecto relaciona-se ao pretense elevado grau de politização dos riograndenses em relação aos brasileiros. A necessária relativização é indicada pelo relativo silêncio da população estadual com os atrasos e parcelamentos dos pagamentos dos servidores do executivo por parte do governo estadual. O atual projeto administrativo está na adoção de políticas baseadas na afirmação da crise das finanças públicas e do excesso de gastos públicos. No quadro que indica não apenas a punição aos servidores do executivo que recebem em médias as menores remunerações, o governador Ivo Sartori do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) declarou durante solenidade no Palácio Piratini para assinatura de contratos de financiamento de energia renovável junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE): “Ainda hoje numa reunião com os servidores eu disse: “você às vezes reclamam porque têm penalização, às vezes parcelou salário, às vezes não receberam em dia. Deem graças a Deus que vocês têm estabilidade, que têm garantia no trabalho. Agora os outros que estão perdendo o emprego e não têm oportunidade, o que nós estamos fazendo aqui? É tentar movimentar a economia, dar oportunidade de ter mais trabalho e mais renda porque, afinal, o poder público também tem que se mudar”⁵. No pano de fundo está um ataque aos aparatos de Estado com pequenas possibilidades de comprovação.

A exposição a seguir tentará articular esse pano de fundo com a sua lógica na posição do RS em relação ao Brasil.

O primeiro aspecto refere-se ao crescimento do PIB gaúcho que apresenta características de oscilação em relação ao nacional, posto que sua estrutura produtiva com base agrária esta sujeita as

⁵ Fonte: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/11/servidores-devem-dar-gracas-a-deus-que-tem-estabilidade-diz-sartori-4916127.html>
Por: Matheus Schuh, 26/11/2015, 13horas e 03minutos.

determinações climáticas, variações cambiais, a concorrência das novas áreas de produção no centro-oeste, nas franjas da Amazônia e do Nordeste e a especulação dos preços no mercado mundial. Deve-se considerar que a produção industrial gaúcha ainda que com destaque nacional, esbarra em gargalos como a produção siderúrgica e a distância de alguns mercados e de fornecedores agravada pela inocuidade da malha ferroviária e o estrangulamento das rodovias.

Em relação as distâncias ao porto do Rio Grande, são significativos os trajetos entre 400 e 300 km da RMPA e das áreas industriais polarizadas da Região Metropolitana da Serra Gaúcha e dos vales dos rios dos Sinos e Pardo. A primeira com 13 municípios e 750 mil moradores é polarizada por Caxias do Sul (457 mil habitantes, 3° PIB e 12° IDHM estadual⁶) e Bento Gonçalves (113 mil habitantes; 15° PIB e 16° estadual). Na região ainda estão municípios importantes no cenário industrial gaúcho como Farroupilha (69 mil habitantes, 25° PIB e 19° IDHM estaduais) e Carlos Barbosa (28 mil habitantes, 47° PIB e 2° IDHM estaduais). No cenário industrial, há um complexo conjunto de empresas com destaque para: Randon, Petenatti Têxtil,

⁶ No Brasil, uma referência que permite romper com os falsos dilemas entre crescimento e desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O Brasil foi um dos países pioneiros ao adaptar e calcular o IDH para todos os municípios brasileiros, criando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 1998. O IDHM ajusta o IDH para a realidade dos municípios e reflete as especificidades e desafios regionais no alcance do desenvolvimento humano no Brasil. Para aferir o nível de desenvolvimento humano dos municípios, as dimensões são as mesmas do IDH Global – saúde, educação e renda –, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. O IDHM varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo) com as seguintes gradações: de 0 até 0,499 é muito baixo; 0,500 até 0,599 é baixo; 0,600 até 0,699 é médio; 0,700 até 0,799 é alto; 0,800 até 1 é muito alto. As consultas para o texto foram realizadas pelo autor em: www.atlasbrasil.org.

MarcoPolo, Tramontina, Agrale, Brinox Metalúrgica, Todeschini, Salton, Aurora e Madem Móveis⁷.

No Vale do rio dos Sinos, o relevo está em Novo Hamburgo (250 mil habitantes, 7° PIB e 112° IDHM estadual) e São Leopoldo (230 mil habitantes, 12° PIB e 159° IDMH estadual) com empresas como a Calçados Beira Rio, as Ferramentas Gedore e a Killing Química. Santa Cruz do Sul (126 mil habitantes, 10° PIB estadual e 26° IDMH estadual) e Venâncio Aires (70 mil habitantes, 27° PIB e 263° IDHM estadual), polarizam o Vale do Rio Pardo onde estão localizadas a Metalúrgica Mor, a Excelsior Alimentos e as fumageiras Premiun Tabacos, China Brasil Tabacos e a CTA (SILVEIRA, 2007).

Também são significativos os cerca de 750 km entre o porto riograndino e o eixo Norte-Noroeste especializado na sojicultura com forte polarização nos municípios de Passo Fundo (196 mil habitantes; 6° PIB estadual) e de Erechim (102 mil habitantes; 16° PIB estadual) que ocupam o 23° IDHM no RS. O primeiro conta com quatro das maiores empresas do Sul do Brasil e o segundo com cinco com relevo para: Olfar Alimentos, Intecnial, Triel, Cavalleti Móveis, Peccin, Khun Implementos Agrícolas e Grazziotin. Além da presença de grandes empresas que processam grãos e produzem máquinas e equipamentos, em ambas há uma diversidade industrial que inclui, por exemplo, a produção de móveis, roupas e lapidação de pedras (GERRERO e CONCEIÇÃO, 2012). O conjunto das dificuldades as estruturas portuárias em Rio Grande é agravado com a planilha de cálculo do preço dos pedágios impostos na administração do governador Antônio Britto (1995-1998) que foi precursor na venda de ativos do patrimônio estatal gaúcho.

O quadro 2 apresenta a síntese dos desempenhos da economia estadual e nacional entre a década de 1970 e o começo do século XXI.

⁷ A maior parte das informações sobre o *ranking* das empresas é da Revista Amanhã, edição 2015. Em outros momentos do texto com outra referência será realizada a indicação da fonte.

O maior destaque para a diferença de taxa de crescimento econômico do RS em relação ao país foi no período 1995-1998 em que após uma disputa eleitoral acirrada entre o bloco ao redor de Antonio Britto então no PMDB e o agrupamento liderado por de Olívio Dutra do Partido dos Trabalhadores (PT) ⁸. O pleito vencido no 2º turno por Britto por uma diferença de 226.527 votos (4,41% entre os 5.132.875 votos válidos), teve 272.517 votos nulos ou brancos. O grupo vencedor das eleições implantou agressivas políticas de reestruturação do aparato estatais que em muitos casos anteciparam as implantadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) como planos de desligamento de trabalhadores, venda de estatais e concessões com as de rodovias com contratos que favoreciam as empresas com tarifas elevadas e poucas obrigações.

Apesar de um conjunto de flexibilizações, não foi desmontada uma das políticas estaduais para a alavancagem do desenvolvimento industrial: a implantação de Distritos Industriais em sete municípios (Decreto Estadual nº 32.666 de 27/10/87 que

⁸ Antonio Britto fez carreira como jornalista no grupo Caldas Júnior (atualmente da Rede Record) e na RBS afiliada da Rede Globo no estado. Foi porta voz no momento da morte de Tancredo Neves e Ministro da Previdência entre 1992 e 1993. Olívio Dutra, formado em Letras e bancário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), foi uma liderança sindical no RS e no Brasil e um dos fundadores do PT. No segundo turno das eleições de 1998, a disputa entre os dois blocos foi mais intensa: Dutra venceu por uma margem de 1,52% enquanto as abstenções, nulos e brancos somaram 18,58%. A presença de jornalistas do grupo RBS na representação política é uma constante nas eleições do Rio Grande do Sul. Entre os eleitos, além de Antônio Britto, pode-se destacar Ieda Cruisís (deputada federal, 1995-2006; governadora, 2007-2011), Jorge Alberto Mendes Ribeiro (vereador, 1963-1964; deputado estadual, 1962-1963; deputado federal, 1987-1995), Paulo Borges (deputado estadual, 2007-2011) e Ruy Carlos Ostermann, deputado estadual, 1983-1991). Em 2015, dois dos senadores do RS (Lasier Martins do PDT e Ana Amélia Lemo do PP) tem trajetórias jornalísticas na RBS. O terceiro senador é o Paulo Paim do PT com trajetória no movimento sindical.

regulamentou o Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial-PROEDI). No Quadro 3 estão apresentadas algumas das características atuais dos Distritos Industriais no RS.

Quadro 2: Variação real acumulada do PIB do RS e Brasil, 1970-2002 (%)

Períodos	Rio Grande do Sul	Brasil
1971-1980	118,05	128,76
1981-1989	18,88	22,22
1990-2002	30,43	28,28
1990-1991	-8,69	-3,36
1992-1994	23,43	11,60
1995-1998	0,69	10,64
1999-2002	12,41	8,61

Fonte: HERRLEIN, Jr. Ronaldo. O crescimento econômico do Rio Grande do Sul entre 1990 e 2001. *Análise*, v. 16, n. 1, 2005, 137-160.

Quadro 3: Distritos industriais (DI) no Rio Grande do Sul

Município, localização e principais acessos	Área total (ha)	Área dos lotes disponíveis (m²)	Empresas
DI de Alvorada-Viamão, Leste da RMPA, rodoviário pela RS-118 e direto à Alvorada pela estrada municipal Passo dos Negros	258,78	A partir de 5.000	32 implantadas e sete em fase final de implantação
Área Industrial em Guaíba. Oeste da RMPA, BR-116 (Porto Alegre – Pelotas) e estrada municipal do Conde (AV. Ismael Chaves Barcellos)	932,78	A partir de 50.000	Uma implantada, sete em projeto e um empreendimento em negociação com o Estado
DI de Montenegro-Triunfo, RMPA junto ao Pólo Petroquímico de Triunfo, rodoviário BR-386 (Tabaí-Canoas), RS-124 e TF-010, hidroviário pelo rio	718,58	A partir de 15.000	Oito implantação uma em fase de implantação.

MARTINS, C.A.A. Desenvolvimento do Sul do Brasil: notas para análise...

Caí e porto Santa Clara da Copesul, ferroviário pelo ramal da ALL.			
DI Cachoeirinha, RMPA na zona urbana de Cachoeirinha, a cerca de 12 km do aeroporto Salgado Filho	262	Indisponível	68 instaladas

DI Gravataí, RMPA ao sul da zona urbana de Gravataí, junto à Free-Way e BR-118, a cerca de 21km do aeroporto Salgado Filho	301,08	Indisponível	27 instaladas
DI de Rio Grande, Sul do Estado, junto ao porto; acessos: Rodoviário: BR-392 e Av. Portuária de Rio Grande; Hidroviário: Porto marítimo e hidrovía da laguna dos Patos; ferroviário: Rede férrea, concessão ALL	2.526,41 ha (incluída a Zona de Processamento de Exportações)	A partir de 10.000	32 instaladas e cinco em instalação
DI de Bagé, Sul do Estado, rodoviário pela BR-153 e ferroviário dentro da área pela concessionária ALL.	67,56	A partir de 3.000	Duas instaladas

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Organização: César Martins

Destaca-se que os DIs, que ainda dispõem de áreas para negociação, estão localizados em parte na RMPA e na Metade Sul do Estado, com concentração na primeira, onde há indisponibilidade de terrenos em Cachoeirinha e em Gravataí.

O quadro 4, indica a manutenção da lógica com destaques para alguns resultados positivos como aqueles relacionados com a inauguração da fábrica da Dell em Eldorado do Sul em 1999, da unidade da GM em Gravataí na RMPA em julho de 2000 e das atividades de produção naval em Rio Grande em 2005-2006 com reflexos nos anos seguintes⁹. Na direção oposta estão os impactos

⁹ A fábrica da GM em Gravataí na RMPA inaugurada em julho de 2000 com expansões em 2006 e 2012, produz 350 mil veículos/ano e emprega cerca de 9 mil trabalhadores no condomínio com 19 empresas. Com números imprecisos o Polo Naval com estaleiros em Rio Grande e São José do Norte

das estiagens e de variações cambiais nos quedas do PIB em 2005 e 2012.

Quadro 4: Taxas de crescimento econômico: Mundo, Brasil e Rio Grande do Sul (2003-2013)

Anos	Mundo	Brasil	RS
2003	4,0	1,2	1,6
2004	3,0	5,7	3,3
2005	4,8	3,1	-2,8
2006	5,1	4,0	4,7
2007	5,0	6,0	6,5
2008	2,8	5,0	2,7
2009	-0,6	-0,2	-0,4
2010	5,2	7,6	6,7
2011	4,0	3,9	4,4
2012	3,2	1,9	-2,1
2013	3,3	3,0	8,2

Fontes: FEE-RS para o RS; IBGE para o Brasil; FMI. *World Economic Outlook* para o Mundo. Organização: César Martins.

Os impactos na economia estadual da política cambial, de legislações específicas como a Lei Kandir de 1996 que isentou do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), produtos e serviços destinados a exportações e das oscilações climáticas, não impedem que o RS esteja entre o terceiro e quarto estado exportador país, que coloca o único grande porto estadual localizado em Rio Grande como um dos maiores portos da América do Sul. No quadro 5 esta uma síntese da conjuntura das exportações nacionais por unidades federadas (UF) no último decênio.

empregou entre 10 e 20 mil trabalhadores entre 2010 e 2013.

Quadro 5: Participação (%) das principais UF nas exportações no total do Brasil (posição em 2014)

UF	2003	2014	Participação mínima e máxima entre 2003 e 2014
São Paulo	31,62	22,86	22, 86 – 33,49
Minas Gerais	10,16	13,03	10,16 – 15,46
Rio de Janeiro	6,62	10,05	6,62 – 11,86
Rio Grande do Sul	10,97	8,31	7,17 – 10,97
Paraná	9,78	7,26	6,79 – 9,78
Outras UF	69,15	61,51	

Fonte: FEE-RS. Séries Históricas Antigas. Maio de 2015. Organização: César Martins.

No contexto da dependência da política, o quadro 6 apresenta o sumário da pauta de exportações do RS com a supremacia de produtos industriais atingidos pela Lei Kandir e o rápido crescimento da presença de mercadorias agrárias sujeitas a intempéries da natureza e das oscilações do comércio de *commodities*.

Quadro 6: Rio Grande do Sul: participação (%) das exportações

Descrição	2003	2006	2010	2014
Agricultura, pecuária, silvicultura e explorações florestais	11,33	7,05	13,42	24,24
Indústrias extrativas	0,21	0,14	0,10	0,09
Indústria de transformação	87,25	91,05	85,12	74,35
Outros	1,21	1,76	1,36	1,32

Fonte: FEE-RS. Séries Históricas Antigas. Maio de 2015. Organização: César Martins

Do ponto de vista dos resultados da produção da riqueza nacional nas unidades federadas no país, a tendência após as crises da década de 1980, foi da ocorrência de uma ligeira desconcentração que foi consolidada no final do século XX com a

diminuição da participação das regiões Sul e Sudeste no PIB com a afirmação das fronteiras da modernização agrícola e suas consequências para as dinâmicas urbanas no setor terciário, da Zona Franca de Manaus e dos complexos extrativos e seus agregados de logísticas e de processamento nas regiões Nordeste e Norte. O processo com sobejas análises dos impactos sobre o ambiente e as populações que viviam em função dos ritmos das dinâmicas naturais, especialmente coletores, pescadores, indígenas e pequenos produtores com diferentes regimes de propriedade, esta registrado na tabela 3 com o resumo dos dados do PIB regional entre 1995 e 2000.

Tabela 3: Brasil: participação nas grandes regiões no PIB nacional (%)

Regiões brasileiras	1995	2000
Norte	4,2	4,5
Nordeste	12,0	12,4
Sudeste	59,1	58,3
Sul	16,2	16,2
Centro-Oeste	8,4	8,4
Total	100	100

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus SUFRAMA.

Na escala das UF brasileiras, entre 1995 e 2000 ocorreu a diminuição na participação no PIB nacional em apenas três estados: Distrito Federal, - 0,5; São Paulo, -1,3; RS, -0,2; Minas Gerais, -0,1. Ou seja, a diminuição foi entre as UF que historicamente ocupam posição de destaque na economia nacional, em especial o DF que sede do poder executivo federal e de um governo distrital sofreu com as políticas de reestruturação baseadas no desmonte dos aparatos estatais.

Das 14 UF que tiveram aumento da participação no PIB nacional, sete estavam localizadas no Nordeste (Rondônia,

Roraima, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Bahia) e três do Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). No Sudeste, o Rio de Janeiro (RJ) beneficiado pelos investimentos no setor de petróleo e gás com seus desdobramentos nas atividades portuárias, a manutenção de sedes de grandes empresas como a Petrobrás e a Vale, das atividades portuárias e relacionadas ao turismo e lazer, aumentou a participação no PIB de 11,2 para 11,8%.

Na região Sul, os estados de Santa Catarina (SC) e Paraná (PR) aumentaram respectivamente suas participações de 3,4 para 3,7% e de 5,7 para 5,9%. A conciliação de ganho de produtividade e alta competitividade nas atividades relacionadas ao agronegócio nas franjas oeste de SC e do PR com políticas de atrações de investimentos industriais e de gestão empresarial como no Norte paranaense ou de logística portuária conciliada com turismo e lazer no litoral catarinense, auxiliam na compreensão da aceleração econômica nos dois estados.

No século XXI, o processo de desconcentração territorial do PIB manteve a tendência, mas há a permanência de oito UF como responsáveis por cerca de 3/4 da produção da riqueza nacional (quadro 7).

Quadro 7: Participação percentual no PIB nacional por blocos de unidades federadas em 2002 e 2012

Blocos de UF	2002	2012
1º à 8º posição: SP, RJ, MG, RS, PR, SC, DF e BA	79,7	76,6
9º à 27º posição: ES, PA, CE, MT, AM, MA, MS, RN, PB, AL, RO, SE, PI, TO, AP	20,3	23,4

Fonte: IBGE. Contas regionais de 2002 a 2012. Organização: César Martins

A decomposição do PIB das UF, mostra que a maiores economias estaduais estão no Sudeste e no Sul, e o RS mantém a quarta posição no país (quadro 8).

Quadro 8: Brasil: participação do PIB das unidades federadas no Brasil (2002, 2010 e 2012)

Unidades da federação	2002	2010	2012
São Paulo	32,6	33,1	32,1
Rio de Janeiro	12,6	10,8	11,5
Minas Gerais	9,3	9,3	9,2
Rio Grande do Sul	7,8	6,7	6,3
Paraná	6,1	5,8	5,8
Bahia	4,6	4,1	3,8
Santa Catarina	3,9	4,0	4,0
Pernambuco	2,7	2,5	2,8
Distrito Federal	2,7	4,0	3,9
Goiás	2,3	2,6	2,8
Pará	1,9	2,1	2,1
Espírito Santo	1,8	2,2	2,4
Ceará	1,8	2,1	2,1
Amazonas	1,9	1,6	1,5
Mato Grosso	1,3	1,6	1,8
Mato Grosso do Sul	1,1	1,2	1,2
Maranhão	0,8	1,2	1,3
Paraíba	0,9	0,8	0,9
Rio Grande do Norte	0,9	0,9	0,9
Sergipe	0,7	0,6	0,6
Alagoas	0,7	0,7	0,7
Rondônia	0,5	0,6	0,7
Piauí	0,5	0,6	0,6
Tocantins	0,3	0,5	0,4
Amapá	0,2	0,2	0,2
Acre	0,2	0,2	0,2
Roraima	0,1	0,2	0,2

Fonte: IBGE. Contas regionais de 2002 a 2012. Organização: César Martins

Para finalizar a breve exposição sobre a posição conjuntural da economia do RS, observe-se o controle da economia por parte das firmas/grupos econômicos e a produção de empregos formais.

Observada a tendência geral para a centralização dos capitais e com as facilidades informacionais do controle e da gestão, há a presença da sede das maiores empresas instaladas no Brasil em diversos municípios brasileiros, indicando a necessidade da relativização da tese da concentração das sedes da gestão da economia brasileira apenas nas metrópoles paulistana e fluminense.

No cenário nacional, considerada a escala da Região Sul, entre as 500 maiores empresas do país (Revista Exame- 2013) há 69 sedes de empresas localizadas em 30 municípios sulinos: 31 empresas do PR localizadas em 13 municípios; 24 empresas em oito municípios gaúchos; 14 empresas em nove municípios de SC. O quadro regional no contexto nacional confirma a ascensão do PR e SC, mas mantém Porto Alegre como município sede do maior número das maiores empresas (15). A capital do RS é seguida por Curitiba (13), por Maringá (4), Londrina, Florianópolis e Caxias do Sul com três sedes. A situação confirma a presença histórica de algumas empresas como Weg, Hering, Tupi, Gerdau, Randon e Aurora e novas dinâmicas:

- (1) no setor agroindustrial com a presença de grandes empresas não apenas no interior catarinense e paranaense, mas na área portuária de Itajaí (BRF e Seara);
- (2) no setor varejista como os supermercados paranaenses Cidade Canção (Maringá), Condor (Curitiba) e os catarinenses Angeloni (Criciúma) e Giassi (Içara);
- (3) no deslocamento de centros de gestão como por exemplo pra Londrina e Maringá e de plantas industriais das capitais para as regiões metropolitanas de Curitiba e Porto Alegre.

Na escala regional, a ascensão das empresas com sede no Paraná está destacado no quadro 9.

Quadro 9: Localização das maiores empresas dos estados da Região Sul do Brasil em 2007 e 2015

Unidade federada	2007		2015	
	Número de empresas	Número de cidades sedes	Número de empresas	Número de cidades sedes
Rio Grande do Sul	220	57	193	48
Paraná	152	35	181	37
Santa Catarina	128	40	126	40

Fonte: Amanhã 500 maiores do Sul, 2007 e 2015. Organização: César Martins

Do ponto de vista da dinâmica empresarial, há fortes indícios da capacidade competitiva das empresas localizadas no PR e SC que no período 2007-2015 melhoraram suas posições nas principais variáveis de desempenho (quadro 10).

Quadro 10: Participação das empresas dos estados da Região Sul do Brasil no Valor Ponderado Agregado (VPG), Patrimônio (P) e Receita Líquida (RL) no conjunto regional

Unidade federada	2007			2015		
	VPG	P	RL	VPG	P	RL
Rio Grande do Sul	44,7	35,7	49,4	37,0	37,5	36,7
Paraná	31,5	43,3	25,6	37,0	36,5	35,0
Santa Catarina	23,7	21,0	25,2	26,0	26,0	28,3

Fonte: Amanhã 500 maiores do Sul, 2007 e 2015. Organização: César Martins

Também foi considerável o desaparecimento de grandes empresas gaúchas que figuravam entre as maiores da região Sul e mesmo do Brasil. Entre as empresas privadas de segmentos variados estão a Varig e o Grupo Ipiranga, do segmento financeiro envolvido na reestruturação setorial como a Fin Hab, Meridional e Caixa Econômica Estadual, estatais envolvidas nos processos de privatização pelo governo de Antônio Britto como a Companhia

Riograndense de Telecomunicações (CRT) e Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e outras envolvidas na guerra fiscal incentivada nos governos de Fernando Henrique Cardoso que deslocaram suas sedes o parte importantes de seus parques produtivos como as calçadistas Azaléia (fábricas na Bahia e Sergipe) e a Grendene, empresa criada em 1971 em Farroupilha que em 1993 transferiu a sede para Sobral (CE) e conta com fábricas em Carlos Barbosa (RS), Fortaleza, Crato (CE) e Teixeira de Freitas (BA). A constatação exigirá esforços de pesquisas setoriais com base no conjunto para explicar os diferentes ritmos identificados ente os estados. Algumas hipóteses podem ser formuladas?

- (1) a origem posterior das empresas paranaenses e catarinenses em relação as gaúchas fariam com que suas matrizes produtivas e capacidades inovadoras sejam recentes e adaptadas a concorrência agressiva imposta a partir da década de 1990?
- (2) a supremacia de bases da pequena produção mercantil em amplas áreas de SC e PR implantadas após e como diáspora do RS seria um alicerce para uma racionalidade onde há o império da eficácia e não apenas da eficiência para a produção?
- (3) as vantagens da localização e as melhores condições de acesso aos centros dinâmicos consolidados (eixo SP-RJ-MG e, em especial o Oeste paulista) e em expansão (o Centro-Oeste) foram expandidas com a degradação e os custos das redes de circulação do RS? Há relações com a estrutura logística, a modernização e a criação de portos em Santa Catarina?
- (4) em que medida os aparatos estatais dos governos estaduais são indutores de atividades econômicas produtivas? As disputas fratricidas pela conquista dos governos estaduais e as dificuldades na composição de

blocos de sustentação, são constrangedoras aos novos empreendimentos?

Uma das respostas esta na observação da dinâmica do trabalho do RS em relação ao Brasil. Em cenários de recuperação e de criação de postos de trabalho formais em todo o país, o RS apresentou resultados menores que o conjunto nacional e do conjunto das regiões (Quadro 11).

Quadro 11: Brasil, regiões e unidades federadas escolhidas: evolução dos vínculos empregatícios em 2000 e 2014 (em mil)

Anos	Brasil	Sul		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste
	Total	Total	RS	Total	Total	Total	Total
2000	26.228	4.625	1.894	2.091	4.375	1.094	14.043
2006	35.155	6.170	2.321	2.866	6.186	1.792	18.140
Crescimento entre 2000 e 2006 (%)	34,0	33,1	22,5	37,1	41,4	63,8	29,2
2014	49.571	8.550	3.109	4.294	9.132	2.801	24.792
Crescimento entre 2006 e 2014(%)	41,0	38,6	34,0	49,8	47,6	56,3	36,7

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais (www.rais.gov.br).
Organizado por César Martins e Matheus Oliveira

O primeiro aspecto deve considerar os efeitos positivos para o conjunto da sociedade brasileira da expansão da formalização do emprego em todas as regiões. O quadro no RS tem suas consequências minimizadas em função de algumas características da história demográfica do RS. Uma delas está nas marcas dos precoces fluxos imigratórios das áreas da pequena produção mercantil e que abrem as fronteiras em direção a calha do rio Uruguai na fronteira com o Santa Catarina. Nessas áreas o uso intensivo da força de trabalho, a redução da mortalidade e o esgotamento das possibilidades de fracionamento das propriedades

geraram excedentes populacionais em contraposição ao pastoreio extensivo que exigia um pequeno número de trabalhadores e que durante décadas enfrentou restrições para a formação de pequenos proprietários modernizados com a lenta introdução dos elementos como a melhoria genética, manejo, controle sanitário e alimentação que minimizam o tempo lento da produção pecuária de corte (FONTOURA, 2000).

Com a diminuição das taxas de mortalidade, o esgotamento da fronteira interna norte, a baixa velocidade na transformação das atividades pastoris no Sul do RS, bem como a criação de condições para a modernização da agricultura com base no milho, na soja e na produção de suínos, aves e produção leiteira que estão na base da agroindústria de grãos, carnes e laticínios, ocorreu a transformação demográfica com diásporas da porção meridional para o próprio estado e do Norte gaúcho para as novas fronteiras no Cerrado e na Amazônia. O resultado é que crescimento populacional gaúcho é mais baixo que o nacional (1,23 % entre 1991-2000 e 0,43 % entre 2000-2010 contra 1,64 e 0,43 na taxa brasileira no mesmo período) e há uma população envelhecida: terceira esperança de vida do Brasil (75,38 anos enquanto a nacional é de 73,94) menor apenas que a registrada no DF e no SC. O conjunto situa o RS em uma UF como um dos maiores índices de eficácia migratória (razão entre o saldo migratório e o total de imigrantes e emigrantes: $E/I+E$)¹⁰. O RS ocupa a 7ª posição nacional na evasão populacional com índices entre 0,15 e 0,07 nos anos de 2000 e 2009. O índice gaúcho é menor apenas que os registrados no Maranhão, em Alagoas, na Bahia, em PE, no Piauí e na Paraíba.

A análise da natureza jurídica dos vínculos empregatícios no Brasil e em, especial no RS contrariam perspectivas como a exposta pelo governador Ivo Sartori citada anteriormente. Apesar

¹⁰ O Índice de Eficácia Migratória varia entre -1 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior a capacidade de absorção de população. Ao contrário, quando o indicador for próximo de menos 1, significa maior evasão populacional. Valores próximos a zero indicam a ocorrência de rotatividade migratória.

das políticas federais de recomposição dos quadros dos trabalhadores no serviço público federal durante os governos de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rouseff (2011-2014), a sua participação relativa no conjunto dos empregos gerados caiu período nas esferas federal, estaduais e municipais e nas estatais. As tabelas 4 e 5 apresentam os dados que contradizem não apenas as afirmações do atual governador gaúcho, mas dos interessados em destruir os ensaios de composição da capacidade do Estado em planejar e atuar na e para a sociedade e o território.

Tabela 4: Brasil: vínculos empregatícios em anos escolhidos

Natureza Jurídica	Vínculos empregatícios							
	2003	2010						
Administração Pública	7.221.733	9.399.171						
Setor Público Federal	727.547	947.511						
Setor Público Estadual	2.946.374	3.506.812						
Setor Público Municipal	3.547.812	4.942.848						
Empresas Estatais	728.194	892.107						

Coleta e organização: César Martins e Matheus Oliveira

Tabela 5: Rio Grande do Sul: vínculos empregatícios em anos escolhidos

Vínculos empregatícios - F							
Natureza Jurídica	2003	2011					
Administração Pública	407.614	474					
Setor Público Federal	31.475	40					
Setor Público Estadual	165.380	171					
Setor Público Municipal	210.759	261					
Empresas Estatais	19.059	54					

Coleta e organização: César Martins e Matheus Oliveira.

Na contramão dos sinais de enfraquecimento do ciclo de crescimento e de desenvolvimento do século XXI, no RS, há um importante instrumento de incentivo para o desenvolvimento econômico dos governos estaduais, o atual Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM) foi criado em 1972 (Lei 6427/72) por diferentes fases (LIMA, 2003; DAL MASO, 2012). Na formatação recente (Lei nº 11.916, de 02 de junho de 2003, atualizada até a Lei nº 13.843, de 5 de dezembro de 2011) o FUNDOPEM é um instrumento de parceria, do Governo do Estado com a iniciativa privada, visando à promoção do desenvolvimento socioeconômico, integrado e sustentável do Rio Grande do Sul. O FUNDOPEM/RS não libera recursos financeiros para o empreendimento incentivado. Este empreendimento é apoiado por intermédio do financiamento parcial do ICMS mensal devido e gerado a partir da sua operação.

As diretrizes fundamentais do FUNDOPEM/RS são: (a) A descentralização estratégica da produção industrial; (b) A redução de desigualdades regionais; (c) O desenvolvimento do parque industrial considerando-se os arranjos produtivos locais; (d) A competitividade da atividade industrial e agroindustrial; (e) A geração significativa de empregos; (f) O desenvolvimento ou a incorporação de avanços tecnológicos e de inovações de processos

e produtos; (g) A complementação das cadeias produtivas da economia estadual; (h) O respeito ao meio ambiente.

Em 2015 foram aprovados em investimentos para Lajeado e Candelária (Calçados Beira Rio S.A, R\$ 33 milhões; 120 novos empregos diretos Rodovale - Indústria e Comércio de Equipamentos Rodoviários Ltda, R\$ 3,6 milhões., 23 empregos; Bebidas Fruki S.A., R\$ 9,4 milhões, 121 empregos), São Leopoldo (Hyundai Elevadores do Brasil Ltda.; R\$ 63 milhões; 374 novos empregos) e Guaporé (Instinto Íntimo Artigos de Vestuário, R\$ 1,3 milhão, 18 empregos).

Apesar dos sinais de desaceleração com indícios de boicotes planejados ao executivo federal, o quadro 12 apresenta um conjunto inicial de investimentos industriais anunciados e em processo de execução.

Quadro 12: Principais investimentos empresariais anunciados no Rio Grande do Sul- 2012-2020

MARTINS, C.A.A. Desenvolvimento do Sul do Brasil: notas para análise...

Empresas e dados básicos	Localização e investimento(s)	Investimento anunciados (R\$)	Empregos anunciados
Claramax, fundada em 2000	Paulo Bento- nova unidade na fábrica de papel higiênico	7,54 bilhões	30
Ouro Negro Energia (2014), sede em Porto Alegre	Pedras Altas- construção de usina térmica movida a carvão	4 bilhões	4.000 durante as obras; 500 na fase de operação
Bolognesi Engenharia (1975), sede em Porto Alegre, setores imobiliário e de infraestrutura, e em energia desde 1999; 1.300 trabalhadores	Rio Grande- usina termelétrica de gás	3 bilhões	Entre 1,5 e 3 mil durante as obras.
Ouro Negro Energia (2014), sede em Porto Alegre	Pedras Altas- construção de usina térmica movida a carvão	4 bilhões	4.000 durante as obras; 500 na fase de operação
Celulose Rio-grandense, grupo chileno CMPC criado em 1920 e com 25 fábricas e 8 mil trabalhadores	Guaíba- fábrica de celulose; Pelotas – porto	200 milhões	s.i
Nidera Sementes, grupo holandês criado em 1920. Em 1930 se instalou na Argentina e em 1950 no Brasil com sede em São Paulo	Palmeira das Missões e Arroio Grande- recebimento de grãos e insumos Canoas- terminal hidroviário no rio dos Sinos	80 milhões	Entre 30 e 35 durante as obras em Arroio Grande
Vanzin Serviços Aduaneiros, sede em Rio Grande com 50 trabalhadores.	Rio Grande- 14 silos para estocagens de grãos no DI	70 milhões	80

Fontes: Jornais Zero Hora, Correio do Povo e Valor Econômico, 2013, 2014 e 2015; sites das empresas; Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM); Revista Amanhã; www.econodata.com.br. Organização: César Martins.

Além desses, no final de 2015 ainda foram identificados as seguintes previsões: ampliação da Yara Fertilizantes em Rio Grande; uma fábrica chinesa dos caminhões Foton em Guaíba na RMPA com repasses de 60 milhões de reais do BNDES através do Banrisul; uma unidade da Airbus francesa com fábrica na zona Norte de Porto Alegre; fábrica de borracha sintéticas do grupo polonês Synthos na RMPA¹¹.

¹¹ Em abril de 2016 ocorreu o anúncio de dois investimentos no município do Rio Grande: (1) a Yara confirmou o investimento de 1 bilhão de reais. No dia 27 de abril de 2017 o senhor Lair Hanze, presidente da Yara Brasil participou de uma reunião da Câmara do Comércio do Rio Grande para apresentar o investimento; (2) O Governo do Estado e a Nenzo Industrial assinaram protocolo para a instalação de uma indústria de produção de folhas de flandres para produzir 150 mil toneladas ao ano, com matéria-prima importada da Coreia do Sul. A

Nos gargalos físicos para intensificar as trocas materiais e a eficácia para os deslocamentos, estão as condições precárias das rodovias, ausência de integração ferroviária direta entre a RMPA e adjacências com o Porto do Rio Grande, a pequena utilização dos corpos hídricos para a navegação e a oscilação na oferta de vôos para os municípios do interior¹². Para minimizar o último gargalo, foi indicado no Programa Nacional de Aviação Civil Regional, a qualificação de 270 aeroportos em todo o Brasil até 2018. No RS, o investimento estimado é de aproximadamente R\$ 300 milhões, contemplando os municípios de Santo Ângelo, Passo Fundo, São Borja, Santa Rosa, Rio Grande, Uruguaiana, Santa Vitória do Palmar, Santa Maria, Santa Cruz do Sul, Pelotas, Canela, Erechim, Caxias do Sul, Bagé e Alegrete. No processo de retomada das ligações aéreas estão os voos de uma grande companhia nacional para Pelotas (2013) e Uruguaiana (2015).

O refinamento da coleta de dados para a construção de índices com elevados graus de confiabilidade com a possibilidade de verificação e de falseamentos, permite contatar que a menor velocidade do crescimento da economia gaúcha combinada com a transição demográfica com altas taxas de emigração e envelhecimento populacional, fazem com que o RS perda posições

nova unidade industrial, com previsão de início das operações para abril de 2018, terá investimento de R\$ 320 milhões e vai gerar 70 empregos diretos. O empreendimento vai viabilizar preços competitivos para a matéria-prima utilizada na fabricação de embalagens metálicas, principalmente na indústria alimentícia. Esta será a segunda fábrica de folhas de flandres do Brasil.

¹² Em maio de 2016, o governo do estado divulgou um relatório sobre a situação das ferrovias estaduais concedidas em 1998 para a ALL e atualmente controlada pela Rumo ALL do grupo Cosan. Em síntese, a malha ferroviária foi reduzida de 3.259 km para 1.952 km com um sucateamento de cerca 80% dos vagões e locomotivas. Fonte: <http://www.st.rs.gov.br/conteudo/69699/>

Retomada_de_investimentos_no_modal_ferrov%C3%A9rio_
%C3%A9_elaborado_com_concession%C3%A9ria

no *ranking* do IDHM entre as UF brasileiras, mas ainda o colocuem em situação privilegiada no país (quadro 13).

Quadro 13: Brasil: posição no ranking do IDHM das UF melhor posicionadas

Unidade	1991	2000	2010
Distrito Federal	1°	1°	1°
São Paulo	2°	2°	2°
Santa Catarina	4°	3°	3°
Rio de Janeiro	3°	4°	4°
Paraná	6°	6°	5°
Rio Grande do Sul	5°	4°	6°

Fonte: www.atlasbrasil.org.br

Por último, é indispensável fazer referência ao endividamento das UF em relação a União. O agravamento da situação das UF e do pacto federativo no contexto dos acordos selados ao redor da hegemonia conquistada pelo bloco coordenado por Fernando Henrique Cardoso aprofundou a centralização de recursos na União intensificada após 1964. Dez anos após a nefasta negociação imposta um diagnóstico preciso asseverou: “A situação financeira dos estados brasileiros, que já era delicada, havia algum tempo, agravou-se de maneira acentuada com a implantação do Plano Real em julho de 1994. Quando da posse dos novos governadores, em 1995, alguns estados enfrentavam situação de insolvência financeira com interrupção dos fluxos de pagamentos e ameaças de paralisação do suprimento de serviços básicos para a população” (PINANCASTELLI e BOUERI, 2008, p.8).

O quadro 14 explicita o processo que quadruplicou a dívida das UFs no século XXI mesmo com o pagamento do saldo de 1999 com o dobro dos valores devidos.

Quadro 14: Dívida das UF com a União entre 1999 e 2014 em bilhões de reais

Saldo inicial (Retificado)	112,18
Pagamentos Efetuados	246
Saldo Devedor	422

Fonte: Nota Técnica da Auditoria Cidadã da Dívida no 1/2016. Análise da repercussão dos Mandados de Segurança impetrados pelos Estados (SP, RJ, MG, RS, SC, AL), alguns com liminares concedidas, que tratam da aplicação da Lei Complementar nº 148/2014 sobre as finanças da União. Fonte: <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Nota-Te%CC%81cnica-ACD-1.2016-para-o-STF.pdf>

A pauta da renegociação das dívidas é uma constante no debate eleitoral no RS. No período recente a maior visibilidade ocorreu quando o governador Antônio Britto foi precursor em acatar as propostas dos governos de Fernando Henrique Cardoso com Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados. O programa de federalização da dívida, conhecido como Acordo de 1998 incluiu discursos e ações em tons de salvação do estado com criação de programas de demissões voluntárias, a venda do patrimônio e uma discutível política de isenções e subsídios para algumas empresas e setores. Através dele, a União adquiria a dívida mobiliária – títulos – dos estados por um contrato único, com juros de 6% ao ano a serem corrigidos através da tabela de IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna). A partir da administração de Olívio Dutra, o debate foi acirrado e em 2014 e 2015 o governador Tarso Genro articulou uma proposta que pode indicar as bases de um novo pacto federativo mas as condições ainda comprometem orçamentos estaduais especialmente de São Paulo, Rio Janeiro, Minas Gerais e o Rio

Grande do Sul que representam 90% da dívida das UFs com o governo federal¹³.

O quadro foi agravado com a cláusula que determinou a utilização do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) como indexador monetário para a dívida das UFs e a capitulação dos governos estaduais que privatizaram ativos públicos. A utilização do índice acabou revelar ser problemática tanto pelo impacto na dívida, na medida em que faz com que os devedores assumam o risco cambial, quanto pela baixa relação que ele tem nas receitas do Rio Grande do Sul, uma vez que o índice é muito pouco correlacionado com as receitas tributárias gaúchas. A dívida estadual que era de R\$ 13,6 bilhões em 1984 passou para 22,6 bilhões em 1994 e 50,2 bilhões em 1998. Com alguns esforços para ajustar os pagamentos e a velocidade das taxas de atualização a dívida gaúcha aumentou dos 50,2 bilhões de reais de 1998 para R\$ 54,8 bilhões, mas com as crises dos investimentos e supremacia da financeirização da economia com a aquiescência dos mandatários eleitos para os executivos e legislativos e a complacência dos indicados para as pastas das fazendas públicas e do judiciário o comprometimento da receita líquida real do RS passou de 9 para 12% entre 1998 e 2014 (CALDAS, 2015).

Palavras finais

¹³ A construção foi reconhecida na imprensa nacional e pode ser observada em: Canal G1 do grupo Globo, 05/11/2014 (“Avanço para novo pacto federativo”, diz Tarso sobre alívio em dívida do RS- Senado aprovou alteração no indexador da dívida de estados com União. Mudança reduz em R\$ 15 bi estoque devido até 2028, diz governo do RS”. In: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/11/avanco-para-novo-pacto-federativo-diz-tarso-sobre-alivio-em-divida-do-rs.html>); O Estado de São Paulo, 26/11/2014 (“Tarso: sanção do projeto sobre dívidas é vitória do RS”, In: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tarso-sancao-do-projeto-sobre-dividas-e-vitoria-do-rs,1598360>).

Uma das tarefas daqueles que se propõem viver num mundo, num país, numa região e num município em que as diferenças entre as pessoas sejam respeitadas e possuam como horizonte a luta para minimizar o alargamento das desigualdades econômicas e sociais, é a elaboração de diagnósticos precisos e a contribuição para a construção e a aplicação de instrumentos institucionais que produzam uma vida mais digna para os estratos mais vulneráveis da classe trabalhadora e para o conjunto da sociedade. Um dos princípios é identificar que na lógica perversa da concentração de riqueza materializada pela propriedade da terra e de imóveis, ativos financeiros, juros, lucros e assemelhados, há períodos em que partes da sociedade com diferentes graus de organização são ativas na elaboração e na execução de projetos que mesmo incapazes de estancar e superar abruptamente as perversidades do modo de produção capitalista, podem colaborar para melhorar a vida das pessoas.

Com base em valores como a democracia, a liberdade, a equidade, a identidade nacional com soberania e salubridade nos processos em relação ao ambiente é possível superar ou minimizar as desigualdades sociais e regionais com as capacidades ociosas e estimular a inovação.

Os pressupostos rompem com a dicotomia entre o crescimento e desenvolvimento. O rompimento da dicotomia é um caminho necessário e indispensável para a produção material e não material que permita produzir mais empregos e oportunidades com melhores salários, oferecer infraestruturas que incluam moradias com qualidade e localizações que aumentem a eficácia dos equipamentos de uso coletivo e diminuam os problemas de mobilidade que penalizam cada vez mais todos os cidadãos e em especial os mais pobres. A sociedade e o território brasileiro são marcados por períodos em que momentos de crises internacionais constituíram oportunidades de crescimento econômico e por vezes constituíram a produção de diminuição das desigualdades e de melhoria na vida das pessoas e em outros houve o aprofundamento

das mazelas sociais e territoriais. A ligação entre o crescimento econômico com base em políticas de industrialização como caminho para o desenvolvimento do país e os pactos de poder estão registrados nas obras originais de Octávio Brandão e Roberto Simonsen e que marcaram parte do debate sobre o futuro da nação realizada, por exemplo, por Caio Prado Jr., Ignácio Rangel e Celso Furtado e que após o processo de capitulação de parte da intelectualidade e elite brasileira sobre o tema é uma das pautas nacionais (MAMIGONIAN, 2000; BANDEIRA, 2014).

No encerramento é necessário insistir que as dinâmicas no RS devem ser compreendidas nos contextos de transformações da sociedade e território brasileiros na lógica do sistema mundial com as disputas concorrenciais entre as grandes corporações e das estratégias estadunidenses e de seus acólitos no centro e na periferia para manter a sua hegemonia e impor as peias da dominação imperialista. Assim, os sinais de reposicionamento dos *rankings* nacionais tem indicativos da perda de vitalidade de várias atividades mas podem ser compreendidas na consolidação de uma economia nacional que deve minimizar as desigualdades sociais e regionais. Portanto, é neste conjunto que devem ser analisados novos empreendimentos como os nicho de modernização no campo com olivicultura na Serra do Sudeste, da fruticultura de alto rendimento, da expansão da soja que juntam ao arroz e as iniciativa na pecuária de corte de ciclo curto e a viticultura no Sul e Sudoeste do estado. Após o incremento dos dados econômicos com a construção do Polo Naval nos municípios de Rio Grande e São José a partir de 2014 estão sendo registrados sinais de desacelerações que incluem investimentos realizados e projetados como na metalurgia e setores de inovação com desenvolvimento nas áreas química, elétrica e eletrônica.

Considerou-se a unidade federada como possibilidade analítica que afirma-se no conjunto dos conceitos/categorias quando considerada como uma manifestação da escala nacional. A insistência em reafirmar uma condição excepcional em relação ao

MARTINS, C.A.A. Desenvolvimento do Sul do Brasil: notas para análise...

Brasil urgida como portadora de virtudes extraordinárias, exponencializa o narcisismo, tumultua as relações internas, embaça o diálogo com a nação e pode diminuir a atenção com as forças conservadoras que permanecem atuantes, apesar de terem perdido protagonismo em muitos rincões e setores. Em uma frase: no RS existe com uma dinâmica própria que se manifesta no conjunto da nação. Suas condições materiais podem ser medidas por diversas variáveis, mas sua efetivação somente adquire um sentido e aponta limiares quando articulada na História e na história da nação brasileira.

Referências bibliográficas

ANDRADE, M.C. Formação territorial do Brasil. In: BECKER, B.K. et alii (orgs.). Rio Janeiro/São Paulo: UGI/HUCITEC, 1995, p. 163-180.

ABREU, C. Capítulos de História colônia -1500-1800. São Paulo: Publifolha, 2000.

AB´SÁBER, Aziz N. Os domínios da natureza: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

ALONSO, José Afonso F. A persistência das desigualdades regionais no RS: velhos problemas, soluções convencionais e novas formulações Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 33, n. 4, p. 101-114, mar. 2006.

BANDEIRA, Paulo C.D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, André Bojikian A. *et al.* Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro. Brasília: IPEA, 2014, p. 29-78.

MARTINS, C.A.A. Desenvolvimento do Sul do Brasil: notas para análise...

BERNARDES, Nilo. Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

BUENO, E. e TAITELBAUM, P. Indústria de ponta: uma história da industrialização do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FIERGSCIERS, 2009.

CALDAS, Bruno *et al.* Relatório da dívida pública do RS. Porto Alegre: FEE-RS, 2015.

CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970). São Paulo: TA Queiroz, 1985.

CASTRO, A.B. Sete ensaios sobre a economia brasileira. Rio Janeiro: Forense, 1971, 2v.

CARNEIRO FILHO, Camilo P. *et al.* Faixa de fronteira do Rio Grande do Sul: economia, infraestrutura e gestão do território, Texto de Discussão FEE n. 27, Porto Alegre, 2007.

DAL MASO, Renato. Fundopem: uma síntese das avaliações da política industrial. P. Alegre: FEE-RS, 2012 (texto de discussão n. 103).

DENIS, P. O Brazil no século XX. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 19?? (tradução da edição francesa de 1909).

FONTOURA, Luiz. F.M. Macanudo taurino: uma espécie em extinção: um estudo sobre o processo de modernização da Campanha Gaúcha. São Paulo: USP, 2000 (tese de doutorado em Geografia Humana).

FONTOURA, Luiz F.M. Agricultura: da associação à modernização. In: GERTZ, R. (dir.). História Geral do Rio Grande

MARTINS, C.A.A. Desenvolvimento do Sul do Brasil: notas para análise...

do Sul: v.4- da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1945). P. Alegre: Méritos, 2004, p. 117-136.

FREITAS, Décio. O homem que inventou a ditadura no Brasil. P. Alegre, Sulina, 1999.

GARCIA, Fernando C. Fronteira iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado do Tordesilhas (1420-1920). Porto Alegre: Sulina, 2010.

GEORGE, Ruben G. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação contraditória. In: A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 61-96.

GERRERO, G.A. e CONCEIÇÃO, C.S. Conceição. Identificação e classificação das aglomerações produtivas e dos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Rio Grande do Sul. Texto de discussão FEE n. 92. Porto Alegre, 2012.

GOLIN, Tau. A ideologia do gauchismo. P. Alegre, Tche, 1983.

HEIDRICH, Alvaro L. Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: EDUFRGS, 2000.

HERRLEIN, Jr. Ronaldo . O crescimento econômico do Rio Grande do Sul entre 1990 e 2001. Análise, v. 16, n. 1, 2005, 137-160.

LIMA, Ernani Martins. Avaliação de impacto de efeitos econômicos nas regiões do Rio Grande do Sul dos projetos e investimentos industriais incentivados pelo FUNDOPEM no período 1989/1998. P. Alegre: UFRGS, 2003 (Tese de Doutorado).

MARTINS, C.A.A. Desenvolvimento do Sul do Brasil: notas para análise...

LEMOS, Bruno O. e CARGNIN, A. P. Características da distribuição territorial da indústria de transformação no Estado do Rio Grande do Sul. Texto de discussão FEE n. 26. Porto Alegre, 2014.

LOVE, Joseph L. O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930. S.Paulo: Perspectiva, 1975.

MAMIGONIAN, A. Teorias da industrialização brasileira. Florianópolis: UFSC/CFH. Cadernos Geográficos, n. 2, 2000.

OLIVEIRA, F. Economia da dependência imperfeita. 5.ed. Rio Janeiro: Graal, 1989.

PIANCASTELLI, Marcelo e BOUERI, Rogério. Dívida dos estados 10 ano depois. Texto de Discussão IPEA, n. 1366, 2008.

RESENDE, Guilherme M. et al. Fatos recentes do desenvolvimento regional no Brasil. Texto de Discussão IPEA, n. 2054, março 2014.

ROCHE, Jean. As bases físicas e a ocupação do solo no Rio Grande do Sul. Boletim Paulista de Geografia, n. 58. Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção São Paulo, 1958, p. 37-69.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: Espaço e sociedade (ensaios). 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 9-27.

MARTINS, C.A.A. Desenvolvimento do Sul do Brasil: notas para análise...

SILVA, Juremir M. História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou se produzem os imaginários). P. Alegre: L&PM, 2010.

SILVA, Ricardo M.M. O desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul (1920-1980). Porto Alegre: PUC-RS, 2006 (dissertação de mestrado em Economia).

SILVEIRA, Rogério L. Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo – RS. Florianópolis: UFSC, 2007 (tese de doutorado em Geografia).

SOARES, Paulo R.R. Regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas? Contribuição para o debate no Rio Grande do Sul. Ensaios FEE (Online), v. 36, p. 323-342, 2015.

SOARES, Paulo R.R. Rio Grande do Sul- do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1930-1985). In: GERTZ, R. (dir.). História Geral do Rio Grande do Sul: v.4- da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1945). P. Alegre: Méritos, 2004, In: p. 291-314.

SODRÉ, N.W. Formação histórica do Brasil. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

TARTARUGA, Iván G.P. Inovação, território e cooperação: um novo panorama da Geografia Econômica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2014 (tese de doutorado em Geografia).

TORRONTÉGUY, Téofilo O.V. As origens da pobreza no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

MARTINS, C.A.A. Desenvolvimento do Sul do Brasil: notas para análise...

WAIBEL, L. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil.
In: Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. 2. ed. Anotada.
Rio Janeiro: IBGE, 1979, p. 225-278.

Recebido em
Aceito em